

Reflexões acerca da formação em Filosofia na UNESP através dos porquês e contribuições de uma disciplina sobre as “Questões da filosofia e seu ensino”

Amanda Veloso Garcia

Como citar: GARCIA, A. V. Reflexões acerca da formação em Filosofia na UNESP através dos porquês e contribuições de uma disciplina sobre as “Questões da filosofia e seu ensino”. *In:* RODRIGUES, A.; GELAMO, R. P. **Percepções sobre o ensino de filosofia:** registros de um tempo e seus movimentos. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021. p 133-178.

DOI: <https://doi.org/10.36311/2021.978-65-5954-191-1.133-178>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

Reflexões acerca da formação em Filosofia na UNESP através dos porquês e contribuições de uma disciplina sobre as “Questões da filosofia e seu ensino”

Amanda Veloso GARCIA¹

“Não se deixe dominar pela inércia do hábito”.
(Antonio Trajano Menezes Arruda, 2011, p. 18)

“Como é possível que o cânone do pensamento em todas as disciplinas das ciências sociais e humanidades nas universidades ocidentalizadas (Grosfoguel, 2012) se baseie no conhecimento produzido por uns poucos homens de cinco países da Europa Ocidental (Itália, França, Inglaterra, Alemanha e os Estados Unidos)?

*Como foi possível que os homens desses cinco países alcançaram tal privilégio epistêmico ao ponto de que hoje em dia se considere o seu conhecimento superior ao do resto do mundo?
[...] Por que o que hoje conhecemos como teoria social, histórica, filosófica, econômica ou crítica se baseia na experiência sócio-histórica e na visão de mundo de homens destes cinco países?
Como é que no século XXI, com tanta diversidade epistêmica existente no mundo, estejamos ancorados em estruturas epistêmicas tão provincianas camufladas de universais?”.*
(Ramón Grosfoguel, 2016, p. 26-27)

“aqui, em nosso Departamento, a história da filosofia faz as vezes de filosofia” (Paulo Arantes, 1994, p. 135)

¹ Professora de Filosofia do IFRJ/Pinheiral. Email: amanda.garcia@ifrj.edu.br
<https://doi.org/10.36311/2021.978-65-5954-191-1.p133-178>

Introdução

Neste capítulo me proponho a pensar o que envolveu o debate acerca da inserção da disciplina “Questões da filosofia e seu ensino” e de que modo seus desdobramentos impactaram na formação em Filosofia na UNESP. Para isso, refletirei também sobre acontecimentos que se seguiram ao oferecimento desta disciplina a fim de apontar seu impacto no corpo discente. Devido à importância do Prof. Antonio Trajano Menezes de Arruda para seu oferecimento, bem como para o curso de Filosofia da instituição como um todo, o que aprendi com ele será eixo central das reflexões que serão realizadas. Pretendo com isto apontar as contribuições e limites da formação filosófica que recebi, refletindo de que modo isto impactou em minha atuação enquanto docente de Filosofia e como filósofa.

Portanto, o capítulo contará com duas seções. A primeira versará sobre a formação que recebi, trazendo experiências pessoais e as reflexões do Prof. Trajano sobre os cursos de Filosofia no país. Na segunda seção, discutirei o que aprendi para além das salas de aulas, conectando com a importância de inserção da disciplina “Questões da filosofia e seu ensino” para a reestruturação de curso e os *Encontros de Pesquisa na Graduação em Filosofia da UNESP* e *Encontros de Pesquisa na Pós-graduação em Filosofia da UNESP*.

Filosofia nas “grades” curriculares: qual forma(ta)ção filosófica recebemos?

Para delinear qual formação filosófica recebi no curso de Filosofia da UNESP, começarei esta seção trazendo o que consta em referenciais oficiais do curso e levantando algumas questões. No site da instituição² encontra-se o seguinte perfil almejado para o curso de Filosofia:

A vocação que se espera do estudante de filosofia é o interesse por assuntos abstratos e o gosto de refletir sobre diferentes respostas à mesma indagação teórica. O prazer de ler e estudar e a satisfação de dominar línguas estrangeiras, tanto grego e latim, quanto inglês, francês, alemão e italiano (que pouco a pouco se tornam familiares, dada a importância que têm para a pesquisa em filosofia), são também desejáveis. Vida cultural ativa, consciência política e presença constante na biblioteca são o tempero e o charme do estudante e do pesquisador (UNESP, 2007, n. p.).

Já no “Projeto Pedagógico”, consta o seguinte perfil:

O bacharel em Filosofia é profissional capacitado ao trabalho de docência e pesquisa no ensino superior, plenamente habilitado para o trabalho intelectual, desenvolvendo ensaios cuja característica é a originalidade da reflexão, bem como comentários de alta especificidade técnica e erudição histórico-

² <https://www.marilia.unesp.br/#!/graduacao/cursos/filosofia/perfil-profissional/>

filológica. Igualmente familiarizado com a técnica da “explicação de texto”, tornando-a privilegiado instrumento do ensino da Filosofia no 2o. grau, o licenciado deverá, também, promover o contato produtivo de seus alunos com os mais significativos movimentos da cultura ocidental, no domínio das ciências e das artes (UNESP, 2010, p. 1).

Mais adiante o documento afirma que a “História da Filosofia” é a ““espinha dorsal” da estrutura curricular” (UNESP, 2010, p. 1), sendo a fonte para o desenvolvimento e “comentários de alta especificidade técnica”. Sobre o ensino de filosofia afirma que “no segundo grau passa significativamente pela mediação do livro didático” (UNESP, 2010, p. 3) e, portanto, o treinamento na “explicação de texto”, comum ao Bacharelado e a Licenciatura, é a principal ferramenta do graduado na instituição. Algumas perguntas emergem a partir disso: por que a História da Filosofia é a “espinha dorsal da estrutura curricular”? Por que o ensino de filosofia deve ser mediado pelo livro didático e a explicação de texto? As fontes primárias da filosofia são os autores consagrados do ocidente ou o mundo?

Considero que não é um mero detalhe que a história da filosofia apareça em letras maiúsculas no documento, pois não se trata de qualquer história do pensamento filosófico, mas sim de uma “história única”, patriarcal e eurocêntrica, nos termos apontados pela nigeriana Chimmamanda Ngozi Adichie (2009). Isto motiva a pensar por que a instituição omite a palavra “Político” na expressão “Projeto Pedagógico”, embora seja senso comum a compreensão de que todo documento desse tipo é um “projeto **político**-pedagógico”.

Até mesmo porque, pelo que vou discutir neste capítulo, tal documento não pode ser considerado em nenhum sentido neutro.

Para refletir sobre tais aspectos, trarei minha experiência com o curso, pois, ainda que documentos oficiais revelem ideologias centrais, a maior parte da formação está para além das ementas curriculares, embora estas digam muito sobre os cursos. Tal formação oculta aparece na maneira como os temas são abordados, nas práticas de ensino, nos parâmetros avaliativos, na escolha das palavras pelos docentes, entre outros, é desta forma que aprendi o que deveria pensar sobre a filosofia.

Logo no primeiro semestre, tive aulas com o Prof. Antonio Trajano Menezes de Arruda. Durante esses momentos, as expectativas que tinha sobre o curso encontraram lugar, foram acolhidas, pensadas coletivamente, viradas ao avesso pelos questionamentos que as aulas e a presença do Prof. Trajano inspiravam. Suas aulas se caracterizavam por serem especialmente provocativas, incentivando a participação discente e a elaboração de ideias próprias a partir de temas filosóficos. No entanto, pareciam um mundo à parte, pois, na grande maioria de disciplinas que tive durante a formação, uma perspectiva bastante restrita do pensamento filosófico ecoava.

Com poucas exceções, recebi uma formação exclusivamente pautada em filósofos europeus e estadunidenses, em sua quase totalidade homens brancos. Aprendi que não era, e talvez nunca seria, filósofa e que precisava me ater a entender tais autores, sem refutar, para não “arrombar portas abertas”, frase que ouvi diversas vezes durante o curso. Isso fica evidente na análise de documentos

como este supracitado, que em nenhum momento apontam como um dos objetivos de o curso de Filosofia formar filósofos/as/es. Nos documentos oficiais das graduações em Filosofia no Brasil é difícil encontrar como objetivo transformar discentes em filósofos/as/es, é um legítimo tabu se colocar nesse lugar, que é visto como restrito a poucos “gênios iluminados” ou àqueles que possuem Doutorado em Filosofia. Assim, também aprendi que precisava me inserir nessa racionalidade universal e sua correspondente metodologia, que exigia que a filosofia a ser escrita em uma linguagem específica – e também em línguas específicas, como podemos observar no perfil almejado supracitado – e que procurava fazer com excelência a reprodução do pensamento de tais autores consagrados europeus. As tentativas de pensar os problemas cotidianos que me afetavam de forma autônoma, sem me amparar em filósofos europeus e estadunidenses, eram vistas como algo a ser evitado, um desvio, como algo não rigoroso e até mesmo ingênuo. Não podemos esquecer que a linguagem está intrinsecamente relacionada ao pensamento, de maneira que a opção por uma língua implica na adoção, e ao mesmo tempo na limitação, de um sistema amplo de pressupostos e conceitos que são expressos por ela. Nesse sentido, o incentivo ao aperfeiçoamento de línguas como “inglês, francês, alemão e italiano” (UNESP, 2007, n. p.) funciona como uma forma de incentivar a reprodução de seus pensamentos e de sua racionalidade específica, que não costuma ser associada às línguas não europeias. Ainda que tais línguas possam funcionar como ferramentas interculturais, em um contexto em que apenas um rol restrito de saberes tem espaço, o resultado é o fomento de uma racionalidade restrita aos interesses dominantes, pois não se trata de

um aprendizado para o diálogo, mas sim para a leitura e reprodução adequada dos textos originais.

Tal contexto inicialmente me levou a um sentimento de incapacidade, pois eu não cumpria os requisitos da filosofia que era imposta. Os anseios que me fizeram gostar de filosofia estavam bastante distantes desses espaços de formação universitária. No entanto, o Prof. Trajano me possibilitou compreender tal cenário, o que fez com que eu não desistisse do curso. Ele distinguia a filosofia no Brasil em três modalidades existentes: a) História da filosofia, b) Comentário de filósofos, c) Filosofia propriamente dita. A **história da filosofia** corresponderia a uma descrição detalhada que visa a apontar a continuidade ou ruptura ocorrida no pensamento filosófico de diferentes períodos. Por sua vez, o **comentário de filósofo** constitui-se da análise do pensamento ou de algum conceito específico da obra de um filósofo. Por fim, para ele, a **filosofia propriamente dita** é de cunho temático e não se restringe à reprodução do pensamento de um filósofo ou período histórico, trata-se da criação de pensamento através do contato com problemas.

O Prof. Trajano (ARRUDA, 2013, p. 14) considerava a **Missão Francesa** na USP um **pecado original** da filosofia brasileira, pois os professores franceses que participaram do início do curso de Filosofia da USP – marco da filosofia profissional no Brasil – pertenciam a uma única vertente da filosofia: o **comentário de filósofos**. Para evitar o que era entendido pelas elites brasileiras como “consequências desastrosas do autodidatismo na filosofia”, as bases das graduações da área foram elaboradas por professores estrangeiros que tinham como referência exclusivamente outros estrangeiros e

uma metodologia específica. Os professores franceses convidados para dar início ao curso de Filosofia da USP concordavam sobre a necessidade do estudo da tradição como única forma possível de se aproximar do filosofar. Por isso, propuseram um método que se ativesse à leitura e análise focada na lógica interna de textos sem extrapolar os domínios da sua coerência própria, apenas reconstruindo e compreendendo seus argumentos e teses, supondo, é claro, a possibilidade de objetividade diante de um texto filosófico.

Haja vista que tais docentes formaram em grande parte os futuros docentes dos cursos de outras universidades, o método que utilizavam se espalhou pelas graduações como sinônimo de “filosofar” e gerou um afastamento da filosofia da vida cotidiana e, principalmente, do contexto social. O mesmo se propagou no ensino de filosofia escolar uma vez que docentes têm origem em graduações que, em geral, mantêm os mesmos preceitos. Não à toa, são poucas as pesquisas desenvolvidas sobre temas contemporâneos que não se prendam de modo subalterno aos filósofos estrangeiros consagrados.

O argumento para a vinda de tais docentes franceses era a suposta falta de rigor do pensamento brasileiro, o que tem relações profundas com os processos coloniais. Entre os argumentos mais recorrentes para afirmar que não há filosofia no Brasil estão as ideias de que somos uma nação em desenvolvimento e, portanto, imatura em comparação com países europeus, e, por outro lado, a ideia de que a população nacional não apresenta uma vocação à aspiração metafísica, tendo um pensamento muito ligado ao domínio supostamente superficial das “coisas visíveis”. Entendo que ambas as ideias partem de uma perspectiva colonizadora, pois desconsideram que o território não “nasceu” com a invasão europeia, invisibilizando

a história de milhões de pessoas que já viviam no que hoje é considerado “Brasil”. Além disso, não reflete sobre a complexidade dos saberes que existem para além da metafísica – e nem de outras metafísicas – e que se expressam de múltiplas formas no cotidiano.

Ainda que a ideia do “conhecer para refutar” seja sensata, o método propagado na USP, e que reverberou profundamente em minha formação, exige um foco tão grande na leitura dos textos que o momento de refutação nunca ganha espaço. Nesse sentido, em minha formação tal método produziu um sentimento de inferioridade do pensamento que emerge em nosso território e do meu próprio pensamento. Tendo em vista que a universidade brasileira oferece uma formação quase que inteiramente voltada para o desenvolvimento do **comentário de filósofos clássicos**, ela colabora para que o Brasil tenha “muitos hermeneutas e historiadores da filosofia, e poucos filósofos” (DOMINGUES, 2000, p. 44). Além do que essa formação específica no **comentário de filósofo** constitui-se como problema por inibir a criatividade de discentes, ensinando-os apenas a repetir as ideias contidas em textos, e também por estabelecer um padrão único, eurocêntrico e patriarcal para o filosofar. Nesse sentido, ser capaz de reproduzir os filósofos da Europa consistiu num modo de civilizar-se.

A vinculação da filosofia com a produção de saberes europeus hegemônicos não colabora para o desenvolvimento do filosofar em outros contextos e territórios. A diversidade de pensamento parece ser importante para áreas que, tal como a filosofia, visam a produzir pensamento autônomo e a evitar o dogmatismo, uma vez que o contato com o outro permite a percepção de outros modos de ser no mundo e das limitações de

nosso pensamento. Sendo assim, a diversidade se mostra um recurso importante para o enriquecimento do pensamento, o que é silenciado por uma filosofia pautada exclusivamente em um único método.

O **comentário de filósofos** costuma se configurar em grande medida como comentário exegético de tipo escolástico, haja vista que esse foi o método empregado pelos professores franceses conhecido sob o nome de **método estruturalista**. Se opondo a compreensão dos sistemas filosóficos a partir de seu tempo histórico, tais docentes franceses viam no comentário exegético a única forma de entender um sistema filosófico através de explicações sobre o movimento interno lógico a um texto. No entanto, a explicação acrítica de sistemas filosóficos, ignorando seus contextos sociais e políticos, e focando apenas em movimentos internos a textos, não leva necessariamente a uma postura filosófica do presente. E talvez não leve nem a compreensão do próprio sistema filosófico. Por isso, é essencial desconstruir a ideia de que o **comentário de filósofo** significa **história da filosofia**, uma vez que o que faz, na maioria das vezes, é justamente deixar a história de lado e reduzir o filosofar a explicações, diversas vezes explicações de explicações quando a referência é o comentador e não o texto original, o que mostra que tal método, além de não olhar para os problemas filosóficos, pode deixar a própria filosofia de lado.

É importante observar que ainda que o **comentário de filósofo** seja um marco na forma de compreender a atividade filosófica no Brasil, ele pode ser entendido não como causa, mas como uma consequência da **colonialidade**, de maneira que professores da **Missão Francesa** na USP não podem ser diretamente

responsabilizados pelo contexto atual da filosofia no Brasil. Contudo, podemos dizer que a filosofia praticada na academia brasileira tem suas raízes na colonização, pois, de um lado, as hierarquias coloniais estabeleceram a hegemonia do pensamento europeu e a relação subalterna dos povos que compõem nosso território, e, de outro, a **colonialidade** fez com que a implantação do curso de Filosofia da USP tivesse como referencial a filosofia europeia. Como afirma Paulo Margutti (2013, p. 34), “Em virtude de nossa autoimagem negativa, esse método não foi adotado entre nós para o estudo de pensadores brasileiros, ficando restrito aos estrangeiros, considerados mais dignos das atenções acadêmicas”.

A adoção do comentário exegético mantém uma relação subalterna com os autores. Mesmo nas poucas iniciativas que existem de refletir sobre filosofias brasileiras, é utilizada a mesma metodologia, mantendo a relação de se ater a apenas **comentar** tais pensamentos a partir das estruturas lógicas do texto. O **comentário de filósofo** pode realmente colaborar para pensarmos os problemas que afetam a realidade que vivemos? Tal metodologia pode colaborar para um ensino de filosofia significativo para os problemas e desafios contemporâneos? O pensamento propriamente filosófico parece nascer na experiência cotidiana, do que nos afeta enquanto seres situados no mundo, de modo que a mudança de autores pode não ser suficiente para uma filosofia que busque colaborar com a realidade que vivemos. É preciso repensar as metodologias, questionando profundamente as categorias que fundamentam o pensamento filosófico hegemônico.

Esse modelo de filosofia propaga uma ontologia hegemônica na qual o homem branco europeu é a matriz referencial. Portanto, é

uma ontologia do ser **eurofalocêntrica**, porque define como superior um padrão europeu, masculino e baseado em um determinado tipo de racionalidade – **logos** –. Tal modelo universalista propaga uma ideologia subalterna que faz com que não nos vejamos como capazes de filosofar e silencia a possibilidade de qualquer filosofia a partir do contexto brasileiro. Desse modo, passamos a entender que problemas de filósofos europeus e estadunidenses como se fossem nossos, cometendo o grande equívoco de aplicar suas soluções para nossos contextos, o que nos impede de ver quais são os nossos reais problemas porque estamos presos a entender suas teorias. Assim, a formação que é fomentada através do uso exclusivo do **comentário de filósofo** não incentiva a pensar os problemas da nossa realidade e nem a buscar soluções próprias e coletivas a eles, o que é essencial para que nossa atuação enquanto filósofos/as/es não se restrinja a criar explicações sobre a realidade, mas que possa contribuir para transformá-la efetivamente.

A afirmação de que os problemas são universais não se sustenta porque a relação dos conceitos com seus contextos é essencial. Quando analisamos o que os europeus entendem por **liberdade** e qual o sentido deste conceito para pessoas colonizadas, fica evidente que aquilo que garante a liberdade para os primeiros pode significar escravidão para os outros. Até mesmo porque parte dos problemas que vivenciamos enquanto brasileiros/as/es é consequência de conceitos e teorias elaboradas por filósofos europeus, por isso, infelizmente é abundante o acervo de racismo e sexismo na história única e oficial da filosofia ocidental. Portanto, a filosofia hegemônica, com seus conceitos **eurofalocêntricos**,

encobre a realidade que vivemos e pode nos impedir de enxergar os problemas que nos afetam.

O que o Prof. Trajano entendia como um **pecado original** da filosofia no Brasil, prefiro entender nos termos de uma **praga**, até mesmo para nos distanciarmos de um vocabulário que remete à religião hegemônica que tanta violência promoveu em nosso território, embora essa associação faça sentido uma vez que tal filosofia hegemônica também produz violência. Minha preferência pelo uso do termo “praga” tem a ver com seus sentidos e uso. Os seres que são vistos como “praga” pela monocultura desempenham importantes funções para a vida existir nos diferentes solos que compõem. A grande proliferação que vemos nas plantações é na verdade o sinal de um desequilíbrio ecológico decorrente da alienação dos seres de suas ecologias específicas e companheiros interespecíficos, especialmente pela comercialização de réplicas/clones em viveiros industriais que levam junto consigo fungos e bactérias para as quais os seres de seus novos nichos ecológicos não têm resistência suficiente. Assim, fungos **sequestrados** de seus nichos ecológicos podem gerar devastação em outros contextos, prejudicando plantas nativas e outros seres vivos. A partir desta perspectiva, entendo o **comentário de filósofo** como uma **praga** na formação em filosofia no Brasil. Na história da filosofia profissional do país, por sua relação com a **colonialidade**, incentivou-se extrair filosofias de um contexto no qual existem relações intrínsecas sociais, interespecíficas, cosmopolíticas, ignorando tais condições como determina o **método estruturalista**, e aplicá-las em um contexto diverso em todos os sentidos. Do mesmo modo como os fungos que são entendidos como **pragas**,

retirados de seus companheiros interespecíficos e colocados em outro contexto, para o qual as relações cosmopolíticas não são as mesmas que os impediam de proliferar. Nesse sentido, o **comentário de filósofo** se tornou **praga** no contexto brasileiro, proliferou sem qualquer condição de controle sobre suas implicações e alienado de seus contextos, pois o que aprendemos a fazer nas graduações é ler quaisquer filosofias de maneira alienada, desconsiderando seus determinantes sociais e políticos, e também ignorando nossas próprias relações sociais e políticas.

Portanto, podemos dizer que pouca **filosofia propriamente dita** é feita nas graduações em Filosofia no Brasil. Por outro lado, também é possível afirmar que há o fomento a um distanciamento da filosofia da vida cotidiana e da sociedade como um todo, haja vista que há pouco direcionamento para pensar problemas, praticamente nenhum espaço para pensar problemas que tenham relação com o contexto brasileiro. A filosofia que fez parte da minha formação faz jus à expressão “grade curricular”, haja vista que aprisiona o filosofar em uma perspectiva restrita e que, inclusive, colabora para opressões que vivemos no sistema-mundo. Essa filosofia produz subalternidade, ensina qual o nosso lugar no sistema-mundo capitalista. Parece que no Brasil a elitização do filósofo caiu como uma luva aos interesses de dominação herdados da colonização. Considero que nesse modelo de formação filosófica são empobrecidos tanto a vida quanto os próprios livros. Enquanto os livros se reduzem, na melhor das hipóteses, a uma repetição de suas ideias, tanto por docentes quanto estudantes, as vidas se distanciam cada vez mais das salas de aula e, conseqüentemente, da própria filosofia. Nessa perspectiva, o “interesse por assuntos

abstratos” representa, ao mesmo tempo, um distanciamento dos problemas próprios de cada contexto e uma negação dessa filosofia em contextualizar seu próprio pensamento.

A fim de incentivar a pensar problemas, o Prof. Trajano trouxe para o curso as tutorias. O modelo de tutoria tem o foco no estudante, por meio de uma filosofia que se faz pensando junto com o docente. Porém, o contexto apresentado aqui, fez com que a tutoria se transformasse em mais um espaço de reprodução do **comentário de filósofo**. Tive a oportunidade de fazer tutoria com o Prof. Trajano, que propunha que escolhêssemos em uma lista um tema que nos interessasse refletir e, a partir dele, escrevêssemos nossos argumentos. A cada semana, ele apresentava problemas decorrentes de meus argumentos e eu reescrevia o texto, pensando juntos e sem necessidade de citar ninguém. Ele não foi o único docente que me possibilitou pensar problemas, mas o que estou pontuando com a reflexão deste capítulo é que, em um curso de Filosofia, tais momentos não deveriam ser exceção. Como é possível um curso de Filosofia não incentivar o filosofar? Foi a escassez de tais espaços que me motivou a buscar formação para além das aulas, como apresentarei na próxima seção.

Filosofia nas frestas: que filosofar aprendemos?

Quando em 2012, com a colaboração do Prof. Trajano, o Prof. Rodrigo Pelloso Gelamo propôs uma disciplina optativa acerca dos “Problemas filosóficos do ensino e da aprendizagem da Filosofia”, a ser incluída no primeiro semestre de 2013, certamente

não imaginava os desdobramentos posteriores e nem a importância que o debate promovido por ela teria para os/as/es estudantes nos anos seguintes. A proposta da disciplina foi para atender os anseios dos/as/es estudantes, uma vez que grande parte do corpo estudantil da época havia escolhido o curso motivado pela inserção, em 2008, da disciplina de Filosofia como obrigatória no Ensino Médio. Logo, tais turmas se preocupavam com sua formação no que diz respeito à docência e sentiam que este debate era ignorado.

Como não há uma definição única do que é filosofia na história que não seja passível de contestação, seu ensino está permeado por reflexões filosóficas sobre o que ela é e suas possibilidades de transmissão, mas também sobre a relação entre o filosofar e a aprendizagem. Contudo, apesar de evidente que o ensino de filosofia deve ser problema de filósofos/as/es que conhecem suas especificidades, a disciplina foi inicialmente recusada, mesmo sendo proposta como optativa. Em uma das atas de reunião do Departamento de Filosofia ocorrida no dia 31 de outubro de 2012, consta o seguinte:

A seguir, comunicou que, o prof. Rodrigo Gelamo, do Depto. de Didática apresentou uma proposta de oferecimento da disciplina “Problemas Filosóficos do Ensino e Aprendizagem da Filosofia”, como optativa, aos alunos do Curso de Filosofia juntamente com o prof. Trajano, ficando o prof. Rodrigo como responsável pela disciplina em questão. Os docentes presentes indagaram se o prof. Trajano, na condição de voluntário, está engajado no oferecimento da referida disciplina. Algumas sugestões foram apresentadas, tais como: o prof. Tassinari sugeriu que o prof. Trajano encaminhe um ofício ao Depto. de

Didática dizendo que acha importante o oferecimento da disciplina e que o Depto. apóia a iniciativa do prof. Rodrigo, tendo em vista o conteúdo da proposta. O discente Elói acha a disciplina importante, mas depende muito em que o aluno busca sua formação. Considera que o aluno deva escolher a disciplina eletiva de acordo com a modalidade de Bacharelado ou Licenciatura. Mesmo assim, na condição de aluno, considera interessante a disciplina proposta pelo prof. Rodrigo. O prof. Lúcio acha que não é o momento para se discutir a questão. A maneira mais racional será colocar a discussão na reestruturação curricular do Curso de Filosofia, o que irá ocorrer brevemente, em 2013, para vigorar em 2014. Após ampla discussão sobre o assunto, foi aprovada a proposta do prof. Lúcio: postergar a discussão para mais alguns meses, por ocasião da reestruturação curricular. Portanto, se o prof. Rodrigo quiser oferecer a disciplina em 2013 através do Depto. no qual está lotado, poderá fazê-lo (ATA Nº. 326/2012, p. 1).

Isto foi decidido no Departamento de Filosofia, órgão que não era paritário e nem o espaço para decisões do tipo, o que gerou insatisfação por parte de estudantes que, como eu, gostariam de cursar tal disciplina e, por diferentes motivos, não poderiam aguardar mais um ano para isso. O que motivou debates em assembleia estudantil e um abaixo-assinado, no qual solicitavam que o debate fosse realizado no Conselho de Curso de Filosofia, órgão com representação igualitária entre docentes e discentes, e que os proponentes da disciplina fossem convidados para o debate. Vale ressaltar que, como pode ser verificado na mesma ata, não se fazia a diferenciação adequada entre as reuniões do Departamento de Filosofia e do Conselho de Curso, e nem de que debates deveriam ser realizados em cada instância, privilegiando o primeiro espaço

para as decisões, uma vez que era difícil conseguir quórum para a reunião do Conselho por parte dos docentes. Diferentes argumentos apareceram para justificar a recusa da disciplina, entre eles que o docente em questão não pertencia ao Departamento de Filosofia, que a disciplina deveria ser oferecida pelo Departamento de Didática por não ser da área da Filosofia, que o conteúdo da disciplina não era filosófico, e, como consta na ata acima, até mesmo foi colocado em dúvida se o Prof. Trajano estava envolvido com a proposta.

O incômodo por parte dos/as/es estudantes gerou três cartas, nas quais pressionavam para que a discussão acontecesse no Conselho de Curso, na qual a participação discente seria considerada. Embora conste na ata acima que seria “mais racional” adiar o debate sobre a disciplina para a reestruturação de curso, o que é considerado “racional” nesse caso é a exclusão dos/as/es discentes do debate, e, portanto, não significava simplesmente o adiamento de uma disciplina, como procurarei mostrar a seguir trazendo acontecimentos e documentos subsequentes.

Após a reação estudantil, foi marcada a reunião do Conselho de Curso, que contou com a participação do Prof. Trajano. Diante desse cenário, os/as/es estudantes compareceram em massa à reunião, o que incomodou um dos docentes que disse que cancelaria a reunião se os/as/es discentes que não eram representantes continuassem na sala. Tal fala fez com que o Prof. Trajano afirmasse que se os/as/es discentes saíssem ele se retiraria, já que também não era representante docente, e que não havia motivo para se incomodar com a presença estudantil, de maneira que o docente em questão não pôde manter sua posição naquele momento, considerando a importância que o Prof. Trajano tinha para a história do curso como

um todo. Tal situação evidencia o que o Prof. Trajano significava para o corpo estudantil e a importância que ele teve para muitas gerações de discentes, mas especialmente para tal geração que presenciou momentos como esse. Na maioria dos espaços a participação estudantil não era valorizada, ao contrário, se incomodavam quando os/as/es estudantes solicitavam participar de processos que envolviam o curso e especialmente quando discordavam dos rumos indicados pelo Departamento.

Diante de tal situação, um dos representantes discentes da época propôs que se a questão era o Departamento que ofereceria a disciplina, o Prof. Trajano, como docente do Departamento de Filosofia, poderia assumir a disciplina e o Prof. Rodrigo seria o colaborador, invertendo a proposta inicial. Até porque os debates da disciplina seriam de interesse dos/as/es graduandos/as/es do curso mais do que qualquer outro. O Prof. Trajano concordou com o encaminhamento e, não havendo mais argumentos para recusá-la, a disciplina foi oferecida como optativa no primeiro semestre de 2013. É importante ressaltar que o incômodo se voltava especialmente para o Prof. Rodrigo, que, trazendo debates sobre o ensino de filosofia em suas aulas e no *Grupo de Estudo e Pesquisa sobre o Ensino de filosofia* (ENFILO) que coordenava, dava vazão a desconfortos sentidos pelos discentes com relação ao Departamento de Filosofia. Assim, havia um esforço contínuo em desqualificá-lo como filósofo, o que não ocorria com o Prof. Trajano. Por isso, diante do aceite do Prof. Trajano em ser docente da disciplina, não houve qualquer argumentação contrária. Também houve uma mudança no título da disciplina para “Questões da filosofia e seu ensino”, desconsiderando parte da proposta política da disciplina elaborada inicialmente, que

visava a defender o caráter filosófico dos problemas que envolvem o ensino de filosofia.

Esta foi uma das últimas disciplinas ministradas pelo Prof. Trajano antes de seu falecimento, foi uma experiência marcante para quem, como eu, pôde participar de tais debates. Ambos os docentes valorizavam muito a participação discente e tinham como temas das aulas os problemas que envolvem o ensino e a aprendizagem em filosofia, deixando evidente de que se conectavam com questões diversas do ensino e da aprendizagem em outras áreas do saber.

Também é importante lembrar que a mobilização estudantil em prol da disciplina promoveu o estabelecimento ao final de 2012 do Centro Acadêmico de Filosofia “7 de Novembro”, órgão que estava desativado desde 2010. O nome da chapa faz referência à data da assembleia em que se discutiu sobre a recusa da disciplina optativa em questão, sendo um acontecimento importante para a movimentação estudantil que se deu nos anos seguintes.

Os debates sobre a disciplina colaboraram, entre outras coisas, para as propostas dos/as/es estudantes para a reestruturação de curso e, especialmente, para os eventos realizados pelos/as/es discentes nos anos seguintes. Durante o ano de 2013, devido a algumas mudanças na legislação referente às Licenciaturas das universidades estaduais paulistas³, foi necessário reformular o curso. Tão logo o corpo estudantil soube disso, iniciou uma movimentação para que discentes pudessem participar de tal processo, trazendo o que identificavam como necessário para que o curso tivesse uma formação adequada para o contexto contemporâneo. Sentíamos que

³ Tal mudança foi decorrente da Deliberação CEE nº 11/2012.

os desafios contemporâneos estavam distantes do curso, haja vista que as diferentes disciplinas se dedicavam especialmente a debates monográficos sobre autores europeus ou estadunidenses, raramente refletindo sobre problemas que afetavam a filosofia na atualidade como, por exemplo, filosofias que não fossem eurocentradas, mas também seu ensino na educação básica, que ainda era recente e trazia diversas questões à tona.

O processo de reestruturação estava sendo conduzido no Departamento de Filosofia, é importante lembrar que o curso de Filosofia não é formado apenas por docentes do Departamento de Filosofia, reduzir suas decisões a esta instância empobrece as perspectivas que compõem curso. Além de reivindicar sua participação nos debates sobre a reestruturação, no espaço das assembleias de curso o corpo discente passou a se preparar para tal participação através de debates, organização de eventos que trouxessem formação sobre as lacunas que sentiam no curso e, especialmente, por meio de um grupo de estudos. Neste grupo de estudos, do qual participei ativamente durante todo o processo, discentes se reuniam para discutir documentos oficiais do curso de Filosofia da UNESP e de outros cursos renomados, e os documentos nacionais que regiam os cursos no Brasil. Com esta experiência, ficou evidente para nós que diversos argumentos que ouvíamos para deslegitimar as demandas dos/as/es estudantes não se sustentavam e consistiam na verdade em posições políticas. Existiam mais possibilidades do que nos diziam, a não ser que houvesse desconhecimento dos documentos oficiais.

Paralelamente ao grupo de estudos, foram realizados pelo Centro Acadêmico alguns eventos importantes para a formação

dessa geração de estudantes: o *Guaraná Filosófico* e o Fórum *Nossa Filosofia*. O *Guaraná filosófico* tinha como perspectiva trazer filósofos/as/es para dialogar com os graduandos/as/es e, por isso, a organização, os temas e convidados do evento refletiam os interesses do corpo discente. Um desses momentos marcantes foi o *Guaraná Filosófico* com o Prof. Gonçalo Armijos Palácios (UFG), autor do livro “*De como fazer filosofia sem ser grego, estar morto, ou ser gênio*”, realizado no dia 27 de março de 2013. Na ocasião, além de oferecer uma palestra no período noturno, o docente participou de uma roda de conversa com os/as/es discentes no período da tarde. Já o *Nossa Filosofia* apresentava os resultados do grupo de estudo voltado para a reestruturação de curso, tendo os discentes como palestrantes, algo que não tinha espaço em nenhum evento organizado pelo Departamento de Filosofia.

Também por causa da reestruturação de curso, os/as/es estudantes realizaram uma pesquisa para mapear as principais características dos discentes que procuravam o curso da UNESP, entendendo que o curso não é para seus docentes e que deve atender ao perfil estudantil que o procura. Importante destacar que a maior parte dos discentes que efetivamente frequentavam o curso responderam o questionário⁴. Os resultados evidenciam um corpo discente oriundo de escola pública (60%), com a maior parte (41,7%) possuindo renda de um a três salários mínimos, com 58,3% afirmando que lecionariam em escolas públicas e privadas após o término da graduação, com 66,6% afirmando que fariam exclusivamente ou priorizariam a Licenciatura, com 60% tendo como o período de maior interesse da história da filosofia a

⁴ O curso tem entrada anual de apenas uma turma com 35 estudantes.

contemporaneidade. Entre os temas de maior interesse, somados Filosofia da Educação e Ensino de Filosofia receberam 48,33% das indicações.

Primeiramente, é preciso pontuar que tais resultados expressam uma relação entre o perfil socioeconômico e a escolha da modalidade de graduação, algo que precisa ser pensado e que não se trata de “ideologia do pobrismo”, como foi dito por um professor durante uma das reuniões realizadas. Entendo que a prioridade da Licenciatura se relaciona com questões trabalhistas, haja vista que a necessidade de trabalhar fazia com desejassem possuir o diploma de Licenciatura o quanto antes, além de o mercado de trabalho voltado para o Ensino Médio ser bastante mais amplo do que para o Ensino Superior. Mas também, com a inserção da Filosofia no Ensino Médio, é crescente o interesse pelo ensino de filosofia. Porém, os cursos de Filosofia no Brasil em geral não estão acompanhando essas mudanças. É comum a desvalorização da Licenciatura como uma modalidade inferior. Há um silenciamento do ensino de filosofia na pesquisa da área. Na grande maioria das graduações em filosofia, o ensino não é visto como uma questão relevante e há um privilegiamento explícito dos Bacharelados, ainda que a quase totalidade de graduandos estejam mais interessados na Licenciatura, tanto por questões trabalhistas quanto por entender que docentes universitários também precisam pensar suas práticas de ensino. A pouca pesquisa que há sobre o ensino de filosofia geralmente é realizada por filósofos/as/es que se aventuram em áreas como a Educação, uma vez que há pouco espaço para tal estudo nas pós-graduações em Filosofia.

Como podemos acreditar que alguém que não tem formação na área pode nos dizer como ensinar isso que nem nós sabemos o que é? O ensino e a transmissibilidade da filosofia são em si mesmos problemas filosóficos e deveriam ser abordados e entendidos como parte da atividade do/a/e filósofo/a/e. Como pensar a melhor formação possível para esses/as estudantes trabalhadores/as, de maneira que pudéssemos construir uma sociedade mais potente para lidar com os problemas contemporâneos? De certo modo este perfil explica o interesse pela oferta de uma disciplina sobre “Problemas filosóficos do ensino e da aprendizagem da Filosofia” e porque mobilizou estudantes de diferentes grupos.

Diante do contexto que estou descrevendo aqui, é evidente que há diferenças radicais de compreensão do que é filosofia entre docentes e discentes. Para explicitar melhor tal ponto, trago para este capítulo a proposta de reestruturação elaborada pelos/as/es discentes. A proposta que partiu dos/as/es estudantes indicava a inserção de algumas disciplinas. Entre elas “Línguas Clássicas Instrumentais (Grego ou Latim)” I e II e “Línguas Modernas (Francês, Alemão ou Espanhol)” I e II. Para o oferecimento de tais disciplinas, pensávamos não só nos docentes do curso que dominavam algumas dessas línguas, mas também em articulações com o Centro de Línguas da instituição. Estas sugestões não permaneceram no documento final aprovado, o que é estranho considerando que o perfil que apresentei no início do texto indica “a satisfação de dominar línguas estrangeiras, tanto grego e latim, quanto inglês, alemão e italiano” como desejável para a formação (UNESP, 2007, n. p.). De que modo o corpo docente espera que o/a/e estudante desenvolva isto especialmente considerando o perfil socioeconômico

que apontou o questionário realizado pelos estudantes? Lembro que para realizar mestrado/doutorado é exigido demonstrar proficiência em línguas estrangeiras e que um perfil que diz preparar para a pesquisa filosófica deveria se preocupar com isso.

Além destas disciplinas, os/as/es discentes também propuseram “Iniciação à Pesquisa em Filosofia”, que no documento final se tornou “Metodologia da Pesquisa Filosófica”. Vale ressaltar que no sentido proposto pelos/as/es discentes a disciplina pretendia evidenciar a visão do Prof. Trajano que apresentei na seção anterior, e não se tornar um espaço para ensinar a **metodologia estrutural** de leitura de textos filosóficos.

Considerando a amplitude de temas e a importância da interdisciplinaridade na filosofia, os/as/es estudantes sugeriram “Eletivas” a partir do segundo semestre até o quarto semestre do curso, e, a partir do sexto semestre indicaram “Optativas”, que podiam ser realizadas em outros cursos da instituição. Para o aumento das eletivas e optativas, sugeriam uma redução da carga horária destinada às disciplinas de História da Filosofia, o que não foi atendido, de maneira que tais disciplinas permaneceram com a maior parte da carga horária. A sugestão de redução não se tratava apenas de uma questão de carga horária, mas da afirmação de um caráter mais temático, interdisciplinar para o curso, nos termos de uma **filosofia propriamente dita** como aprendemos com o Prof. Trajano, além de maior autonomia para os/as/es estudantes escolherem suas disciplinas de interesse. Faz sentido um curso de Filosofia que se volta majoritariamente à história? Especialmente porque a Pós-graduação em Filosofia da UNESP tem grande destaque na pesquisa temática no Brasil, o que consideramos

interessante de ser aproveitado para pensar a estrutura do curso da instituição.

Também foi proposto pelos/as/es discentes que a disciplina “Problemas filosóficos sobre o ensino de Filosofia” fosse obrigatória tanto para a Licenciatura quanto para o Bacharelado. A mudança no título da disciplina respondia a compreensão do corpo estudantil de que quem atua no Ensino Médio também é filósofo/a/e, do mesmo modo que quem atua no Ensino Superior também é docente. Por mais que isto pareça óbvio, há um senso comum nas graduações em Filosofia que delinea como filósofos apenas professores/as/es do Ensino Superior, reservando ao Bacharelado o espaço do ser filósofo/a/e, e que ignora que estes também dedicam sua vida à docência. Se aquele/a que opta pelo Bacharelado também será docente, ou ao menos se dedicará a transmitir saberes filosóficos a outros/as/es, faz sentido que ele/a também reflita sobre os limites desses processos de transmissão. Cabe ressaltar que nesse momento não houve questionamento algum sobre a inserção dessa disciplina como obrigatória, uma vez que a mudança que indicava a Deliberação do CEE obrigava o aumento da carga horária para a Licenciatura. No entanto, a forte resistência em compreender o caráter filosófico do ensino de Filosofia fez com que tal disciplina não fosse incluída para o Bacharelado na proposta final, além da retomada do título “Questões da filosofia seu ensino”.

Também propusemos como disciplinas obrigatórias do curso de Filosofia, tanto para a Licenciatura como para o Bacharelado, “Libras” I, “Filosofia da Mente” I, “Filosofia da Educação” I. É importante ressaltar o absurdo de um curso de Filosofia não ter até então a disciplina de “Filosofia da Educação”,

esta foi incluída no projeto final de reestruturação do Departamento como “História e Filosofia da Educação”. A disciplina de “Libras” gerou inserção de “Políticas Públicas em Educação Inclusiva”, que considero um importante ganho para a grade curricular. No entanto, a ausência de uma formação em Libras é dificultadora da atividade docente, eu mesma já ministrei aulas para alunos/as surdos/as e senti na pele os entraves de comunicação. Mas provavelmente se não houvesse a necessidade de aumento de carga horária, tais disciplinas continuariam não sendo entendidas como relevantes para a formação em Filosofia.

Considero um ganho na reestruturação de curso o fato de que algumas disciplinas deixaram mais evidentes seus propósitos incluindo em seus títulos a expressão “Abordagem Histórico-Filosófica”. No entanto, cabe ressaltar novamente que tal abordagem não condiz com o que costuma ser feito nesses momentos, pois não é história da filosofia, mas **comentário de filósofo**, já que apenas uma minoria de docentes apresenta um panorama histórico, o que quase a totalidade dos/as docentes faz são cursos monográficos em que apresentam os comentários que produzem sobre os filósofos que estudaram durante sua pós-graduação.

Para além disso, tenho que ressaltar que com a reestruturação algumas disciplinas ganharam uma perspectiva temática, que se aproxima da **filosofia propriamente dita** que era apresentada pelo Prof. Trajano. Também destaco que, apoiando-se na Lei 10639/03, que determina o ensino da história e culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas nos currículos escolares, a pressão que os/as/es discentes fizeram para a inserção de filosofias que não fossem eurocentradas com a proposta de disciplinas como “Filosofia

Africana”, “Filosofia Latino-Americana”, “História da Filosofia Brasileira”, “Filosofia Oriental”, “Filosofia da Cultura Popular”, embora tenham sido recusadas, gerou a disciplina “Abordagem Pluralista e Interdisciplinar de Filosofia”. Ainda que seja um ganho, deve ser um enorme desafio condensar toda a diversidade de filosofias para além da europeia em uma única disciplina. Os debates sobre a inclusão de tais disciplinas em sua maior parte se voltaram à discussão da relevância filosófica dessas outras formas de pensamento. Curioso que a História da Filosofia que é tão importante para o curso, não torne a disciplina “História da Filosofia Brasileira” também interessante, ou seja, a questão é o ensino de filosofias eurocentradas e não da história da filosofia como um todo. Considero ainda, um resultado da proposta elaborada pelos/as/es discentes, a inclusão da disciplina “Filosofia na Atualidade”, no entanto, apenas para o Bacharelado, reafirmando uma perspectiva restrita acerca da filosofia, o que inclusive contraria a extrema relevância desse tema para a filosofia no Ensino Médio.

Eu fui representante discente durante a reestruturação de curso, lembrando que o fato de eu poder participar dos debates foi resultado de uma forte pressão do corpo discente, e o fato de conseguirmos a autorização para que uma representante única expressa o quanto éramos bem-vindos/as/es em debates deste tipo. Isto ficou claro quando a reunião final para fechamento do projeto de reestruturação não teve a participação de nenhum/a/e discente. Obviamente isto deixou o corpo estudantil insatisfeito, tendo representantes colocando seu descontentamento em reunião da Comissão de Ensino em que o projeto foi aprovado. Isto produziu reações de alguns docentes em específico, tornando evidente como

eles entendiam os debates filosóficos que ocorriam entre discentes e docentes. Após isto, em um e-mail enviado em junho de 2015, um docente afirmava: “Em meu tempo, nós admirávamos os professores de Filosofia, eu sinto hoje no entanto que vocês têm raiva da gente e não entendo por que. Acho que os trançaços que vocês promovem são apenas expressão desse trancaço mental que os alunos têm com os docentes em geral e com a filosofia em particular”. No final do mesmo mês, em uma mensagem enviada por um docente dirigida a mim, o movimento estudantil era descrito como “arrogante e irresponsável”, me indicando como uma “boa porta-voz desta regressão ética e política nas relações acadêmicas”.

O que era entendido por alguns docentes como uma questão pessoal, para o corpo discente era uma questão política. Este é um problema real em instituições públicas, misturar interesses particulares e pessoais e não refletir sobre a função social que se ocupa quando se assume alguns cargos. Para mim, o “trancaço mental” e a “regressão ética” teria mais a ver com a postura de recusa para novas possibilidades de pensar a própria filosofia, e não com o interesse por participar de debates institucionais sobre ela.

No mesmo mês em que isto ocorreu, o *IX Encontro da Pós-graduação em Filosofia da UNESP* foi cancelado, evento este que era organizado desde o primeiro encontro por estudantes, contando com o apoio institucional de um docente da Pós-graduação em Filosofia. No ano de 2015, o evento tinha como tema “Filosofia: outros lugares e formas” e, além de verba de 8 mil reais já aprovada por parte de uma das agências financiadoras, já tinha confirmada uma programação com conferências sobre os temas “*Pensar sem fronteiras: Filosofia POP*” com o Prof. Roberto Charles Feitosa de

Oliveira (Unirio), *“Filosofia e formação: pensando a Filosofia com crianças”* com o Prof. Maximiliano Valerio López (UFJF), *“Ética abolicionista: racismo, sexismo, especismo”* com a Profa. Sônia T. Felipe (UFSC), *“Ayahuasca: Filosofia, educação e saberes de uma Planta Mestra”* com a Profa. Maria Betânia Barbosa Albuquerque (UEPA), *“Filosofia, Corpo & Cinema”* com a Profa. Natacha Muriel López Gallucci (Conservatório Carlos Gomes), um minicurso teórico-prático sobre “Filosofia do Tango” com a Companhia Típica Tango, e, por fim, uma Mesa-redonda sobre o tema *“Há Filosofia além das salas de aula da universidade?”*.

Como resposta oficial os/as membros da Comissão Organizadora só receberem um e-mail enviado pelo coordenador da Pós-graduação em Filosofia no dia 23 de junho de 2015, com o título “Esclarecimento sobre o Encontro de Pesquisa após reunião do Conselho de 18/06”, contendo o que se segue:

O Encontro de Pesquisa na Pós-Graduação em Filosofia da Unesp é um evento do Programa de Pós em Filosofia. Ele sempre foi formalmente organizado por um docente do Programa (que nos primeiros eventos era o próprio coordenador) e, portanto, está institucionalmente ligado ao Programa. O que tem havido nos últimos anos é uma espécie de ‘concessão informal’ a uma comissão de alunos para sua organização.

Entretanto, desde os tempos em que os encontros se iniciaram na década passada, ao menos dois importantes fatores claramente se alteraram:

1) houve uma total descaracterização daqueles que eram os objetivos e princípios do evento. O que eram no início encontros

pequenos, ligados exclusivamente à pesquisa filosófica do Programa e suas relações externas, se tornaram eventos grandes, temáticos, supostamente destinados a suprir lacunas de formação, completamente alheios ao que deveria ser o direcionador central do evento: a pesquisa no mestrado.

2) a relação estudante/professor, antes marcada pela colaboração, cooperação e simbiose, passou a ser estabelecida, ao menos por uma parcela dos estudantes, por uma pauta de disputa e enfrentamento (não só na pós-graduação). E isso tem se refletido claramente nos últimos eventos de estudantes, organizados à revelia dos docentes e não de forma colaborativa, como nos primórdios.

Por conta desses fatores, o Conselho estabeleceu nada fazer além do óbvio e institucionalmente elementar:

1) por ser uma atividade do Programa, o evento deve necessariamente ser coordenado por um docente vinculado ao Programa.

2) o evento deve, como qualquer evento do Programa (portanto, não é exceção, mas regra), ser submetido ao conselho.

Sendo assim, os encaminhamentos a serem obedecidos para a realização do encontro de 2015 e demais devem ser os seguintes: o docente responsável, vinculado ao Programa, deverá enviar formalmente para apreciação do conselho um projeto do evento constando os membros da comissão organizadora, calendário, programação e rol de conferencistas. Atentar ao fato de que o evento deve estar voltado, como seu nome diz muito claramente, a discutir a pesquisa na pós-graduação e não a suprir supostas lacunas na formação dos estudantes. O conselho poderá vetar total ou

parcialmente o projeto, caso esteja em desacordo com as diretrizes do Programa ou com os princípios norteadores do evento.

Este e-mail recebeu a resposta de um docente cumprimentando o Conselho pela “pela clareza e determinação num momento especialmente crucial”. Por que o cancelamento de um evento em condições tanto organizativas quanto financeiras para acontecer pode ser entendido como um “momento especialmente crucial”?

É importante ressaltar que, assim como este evento, os *Encontros de Pesquisa na Graduação em Filosofia da UNESP* também eram organizados por comissões compostas por estudantes. Além disso, eram os **únicos** eventos gratuitos da área na instituição, o que era uma bandeira estudantil, uma vez que para se formar é requisitado que discentes cumpram 210 horas de *Atividades Acadêmicas, Científicas e Culturais* (AACC). Por optar por não cobrar inscrições, estes dois *Encontros*, não recebiam o suporte da seção técnica da instituição, de maneira que a comissão organizadora era responsável por todos os trâmites, o que não ocorria com os demais eventos.

Os *Encontros da Graduação em Filosofia da UNESP* e os *Encontros da Pós-graduação em Filosofia da UNESP* eram os únicos espaços em que estudantes podiam escolher as palestras que gostariam de ver, permitindo que pudessem ouvir outros pontos de

vistas que não apareciam nas aulas. A organização estudantil fez com que tais eventos se elevassem a outro patamar, tanto no que diz respeito aos/as convidados/as, mas também no que tange à verba conseguida para sua realização, sendo mérito dos/as/es discentes a aprovação de verba FAPESP para esses *Encontros*, o que exigia uma organização com bastante antecedência. Tais *Encontros* também buscavam romper com as hierarquias, colocando discentes para mediar mesas e debater com os/as conferencistas, entendendo este como um espaço formativo em todos os sentidos, tanto para quem organizava quanto para quem participava das mesas mediando debates.

Quando começaram a trazer debates sobre filosofias não eurocentradas, tais eventos começaram a produzir reações incômodas por alguns docentes, que eram expressas em e-mails, redes sociais, mas nunca em suas conferências ou espaços de debate presenciais. Em 2013, o *Encontro da Graduação em Filosofia da UNESP* teve a palestra “*Afroperspectividade: a legitimidade da Filosofia Africana ontem e hoje*” proferida pelo Prof. Dr. Renato Nogueira dos Santos Junior (UFRRJ), que despertou enorme interesse dos/as/es discentes. No *Encontro da Graduação em Filosofia da UNESP* de 2015, o Prof. Antonio Florentino Neto (UEL) ofereceu o Minicurso “*As bases filosóficas do pensamento oriental*”, o Prof. Marcos Nobre (UNICAMP) proferiu a Conferência “*Filosofia e universidade na mudança de modelo de sociedade no Brasil*”, e aconteceu um debate sobre “*A formação da filosofia universitária no Brasil*” com o Prof. Marcelo Silva de Carvalho (UNIFESP), que no momento era Presidente da ANPOF.

No ano de 2014, o *Encontro da Pós-graduação em Filosofia da UNESP* teve como tema “*Filosofia brasileira: possibilidades e desafios*”⁵. Entre as conferências que ocorreram, tivemos “*A Filosofia brasileira e sua história*” proferida por Paulo Roberto Margutti Pinto (FAJE/MG), “*Filosofias nacionais*” proferida por Leonardo Prota (UEL), “*A situação da filosofia no Brasil no contexto latino-americano*” proferida por Julio Cabrera (UnB). Tivemos a Mesa Redonda “*Há uma identidade na Filosofia Brasileira?*” com Paulo Roberto Margutti Pinto (FAJE/MG), Julio Cabrera (UnB) – que falou acerca da “*Crítica da filosofia acadêmica enquanto possível obstaculizadora do surgimento de filósofos autorais*” – e a Profa. do campus Mariana Claudia Broens (UNESP/Marília). Ocorreu também a Mesa Redonda “*Há uma identidade na Filosofia Brasileira?*” com Tiago Brentam Perencini (UNESP/Marília), Cristine Takuá (E.E.Indígena Txeru Ba’e Kua-I) e Sérgio Augusto Domingues (UNESP/Marília), professor de antropologia no campus. Ainda aconteceu o Minicurso: “*Filosofar na América Latina*” com Daniel Campos (CUNY – Brooklyn College). Mas sem dúvida o maior incômodo foi resultado do Minicurso: “*Filosofia Indígena*” com a filósofa Cristine Takuá, graduada pela UNESP e docente da E.E.Indígena Txeru Ba’e Kua-I, e Carlos Papá, cineasta presidente do Instituto Guarani da Mata Atlântica (IguaMa) e fundador e conselheiro do Instituto Maracá. Entre os e-mails circulados pelo Departamento, um docente manifestava preocupação de que a programação de tal evento prejudicaria a solicitação de Doutorado

⁵ Na seguinte página é possível encontrar a programação e Anais do evento, o texto de algumas palestras e três entrevistas realizadas pela comissão organizadora com os conferencistas Daniel Campos, Paulo Margutti e Leonardo Prota: <https://encontroposfilunesp.wordpress.com/caderno-de-resumos/>.

em Filosofia no campus, o que mesmo com a mudança no perfil de organização dos eventos e a centralização nos interesses do corpo docente, ainda hoje não se efetivou.

Como consta em Moção de Repúdio escrita pela comissão organizadora do evento cancelado em 2015⁶,

Foi afirmado que “a autonomia só é conquistada após o Doutorado” e de que “um evento desse tipo pode ser prejudicial ao pedido de Doutorado que será enviado à CAPES”. Requeremos o reconhecimento de que o Encontro se consolidou como um espaço de construção das estudantes e dos estudantes, e não como o evento oficial organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UNESP. Não é nem um pouco razoável defender que a autonomia seja fruto de um título, mas sim uma conquista produto do uso da razão pública que condiz totalmente com o histórico das participações das estudantes e dos estudantes em Filosofia da UNESP, que agora se vê ameaçado.

O evento que está com a programação e com todos os documentos de solicitação de auxílio a agências de fomento prontos, versaria sobre o tema “Filosofia: outros lugares e formas” visando a pensar, de modo interdisciplinar, a intersecção entre a Filosofia e a sociedade, e sua presença nos diferentes espaços da vida. Esclarecemos que o Encontro deste ano surge da preocupação com o abismo criado entre a universidade e a sociedade. Reconhecemos que a universidade, enquanto entidade pública, precisa construir com e prestar

⁶ Esta Moção de Repúdio foi enviado por e-mail para todos os estudantes e professores do curso. Disponível em:
https://peticaopublica.com.br/pview.aspx?pi=BR82739&fbclid=IwAR3V9VQT_kXLod5IU3eXaelayg59DC6kERf5X0YF2yyXI7VtlEqIFp6aNbg. Acesso em: 20 de nov. 2020.

contas à sociedade. Por isso a proposta é pensar e discutir as relações entre Filosofia e cotidiano, corpo, alimentação, ação, formação e rituais. Debatendo, assim, as diferentes concepções de Filosofia e as possibilidades de expressão do filosofar em outros âmbitos, para além das salas de aula e das dissertações e teses dos Programas em Filosofia do país.

Professores de Filosofia não deveriam se preocupar em debater temas, independente se concordam com eles ou não. A manifestação do corpo docente do Programa de Filosofia, ao se censurar a programação e o tema do Encontro, apresenta temor e se nega a discutir tais questões, influenciando numa postura não esclarecida e dogmática, que contraria o que se entende por Filosofia.

Neste ano de 2015, eu era representante discente na Pós-graduação e pude observar que as críticas ao evento se confundiam com críticas à organização dos estudantes e ao movimento estudantil como um todo, expressando o que de verdade estava sendo discutido ali. Também ouvi que não se estava discutindo a programação do evento, mas a relação entre professores e estudantes, que deveria ser de admiração e não de ódio, como os docentes entendiam que era no momento. Ao que me parece, discursos desse tipo confundem “admiração” com submissão, o que está de acordo com a formação silenciadora da pluralidade que descrevi aqui e com a imposição de que apenas eventos aprovados pelos docentes poderiam acontecer.

Contudo, um curso que foca excessivamente na explicação e comentário de textos e silencia o pensamento dos/as/es discentes, também silencia o filosofar. Por isso, não considero minha formação de fato filosófica. No entanto, tive a oportunidade de vivenciar a

formação de pensamentos próprios no contato com outros/as/es discentes do curso, que também sentiam seus filósofos silenciados. Assim, o que parecia ser um problema meu, se evidenciou como um problema estrutural da própria filosofia universitária brasileira.

Minha formação levou à constatação de que uma filosofia enjaulada na perspectiva **eurológocêntrica** impede de pensar os problemas que nos envolvem. Porém, tal constatação não resultou em imobilidade, mas na busca por espaços de fuga dessas políticas de silenciamento para pensar os problemas que me afetavam. Na busca por pensar meus problemas, encontramos outros/as/es estudantes que foram incentivados pela **Filosofia propriamente dita** do Prof. Trajano. Nas frestas da universidade, encontrei os pensamentos e filosofias que (re)existem no submundo do conhecimento hegemônico e fálico.

Também colaboraram com linhas de fuga as iniciativas do *Grupo de Pesquisa e Estudos de Ensino de Filosofia* (ENFILO) que, além de discentes pesquisadores do ensino de filosofia na instituição, envolvia bolsistas do *Programa Institucional de Incentivo à Docência* (PIBID/CAPES) e do projeto de extensão de “Filosofia em espaços não formais”. Este grupo permitia pensar uma filosofia intrinsecamente relacionada aos problemas, bem como pensar um filosofar vivo que se efetiva em nossa atuação no cotidiano tanto nas escolas quanto fora delas. O PIBID foi essencial em minha formação filosófica⁷, permitindo entender o filosofar para além dos muros restritos da universidade. Também atuei na Fundação CASA através do projeto de “Filosofia em espaços não formais”, coordenado pelo

⁷ Fui bolsista PIBID durante 2010-2011 e 2016-2018, fui supervisora atuando conjuntamente com graduandos no ensino de filosofia na cidade de Marília (SP).

Prof. Rodrigo Pelloso Gelamo, pensando um filosofar não permeado por relações de transmissão. Isso me permitiu vivenciar o filosofar em ação, e não apenas como discurso.

Os filosofares nas frestas subterrâneas do curso de Filosofia da UNESP expressos nas ações de colegas com quem aprendi muito, impactou decisivamente para a educadora e filósofa que me tornei. Sem tais experiências e o diálogo com outros/as/es discentes, com pouca **filosofia propriamente dita** eu teria contato durante a formação. Por tudo que enunciei até aqui, é preciso afirmar que minha formação filosófica se deu nesses espaços mais do que nas aulas.

Entre os aprendizados que tive nos corredores da UNESP, destaco a necessidade de descolonização do filosofar para romper com as políticas de silenciamento, pois a metodologia hegemônica se ancora numa visão inferiorizada de nosso território e da população que o compõe. Como pesquisadora da filosofia no Brasil, entendo que as filosofias europeias são parte do problema, já que tais filosofias têm como suas faces ocultas a escravização e exploração de povos do continente que vivemos. Nos espaços que citei acima, havia uma preocupação em romper com as hierarquias entre as formas de pensamento e as diferenças e conflitos eram tratadas como parte do processo e não como um desvio a ser silenciado.

Também aprendi que a suposta objetividade do academicismo não é de fato neutro como se apresenta. Por isso, considero necessário desconstruir a visão da filosofia como uma atividade individualista e que olha para a realidade como se tivesse distante dela. Entender a filosofia exclusivamente como uma prática

individual que se faz comentando textos produz um pensamento mais propício ao erro, haja vista que todo conhecimento é parcial, e que dificilmente contribuirá para lidarmos com os problemas complexos contemporâneos. As experiências relatadas acima me ensinaram principalmente que filosofar convida à ação e à construção coletiva, pois muito do que motivou a pensar e agir no mundo durante estes anos de formação não estava disponível em nenhum livro, mas partiam de problemas que me afetavam no cotidiano.

Particularmente entendo que as dificuldades de diálogo expressas aqui, apontam algo sobre a formação do profissional de filosofia no Brasil. A reflexão sobre o que faz o filósofo quando ensina filosofia é importante para as pessoas formadas tanto na Licenciatura quanto no Bacharelado. É preciso desconstruir a ideia de que o docente do Ensino Superior é filósofo e que o docente do Ensino Básico não é, ao mesmo tempo afirmar a importância da reflexão sobre a transmissibilidade da filosofia, questão primordial para a docência e para o/a/e filósofo/a/e, bem como afirmar o papel de docente dos professores/as do Ensino Superior. E o mais importante de tudo, entender que a formação em filosofia não tem a ver com “admiração” pelos docentes, e sim com um curso adequado para a atualidade e o perfil discente, lembro que o perfil não foi alterado com a reestruturação, permanecendo o mesmo Projeto Pedagógico, o que é um erro. Eu, enquanto docente que já participou da elaboração e reestruturação de alguns cursos, aprendi que o primeiro passo para qualquer mudança é definir o perfil do egresso, justamente para que as mudanças não estejam subordinadas aos interesses particulares de docentes. Além do que, é preciso

considerar que a aprendizagem não está restrita aos espaços de aula, como procurei demonstrar neste capítulo, e que, por isso, a autonomia estudantil é essencial para qualquer autonomia de pensamento, e, conseqüentemente, para um filosofar próprio, o que não pode ser alcançado apenas com um título.

Considerações Finais

Neste capítulo, procurei trazer duas perspectivas sobre a formação em Filosofia na UNESP. A primeira perspectiva foi consequência das aulas que tive no curso e a segunda representa o aprendizado que tive para além da sala de aula, em contato com colegas do curso. Isto leva a pergunta: a formação que recebi na UNESP propaga que modelo de ensino de filosofia? A filosofia que descrevi neste capítulo a partir de minhas experiências enquanto estudante, docente e filósofa, corresponde a um modelo de ensino dominador e **eurofalocêntrico** que silencia as diferenças e propaga uma filosofia subalterna. Há um fomento da passividade diante dos problemas e da subalternidade diante do pensamento e realidade europeia, assim como diante dos docentes com título de Doutorado. Em meu entendimento, é majoritário um pensamento abstrato sobre a filosofia afastando-a dos problemas da vida e do mundo. A filosofia, nessa perspectiva, é um ideal transcendente a ser cultuado, entendido como um pensamento separado – objetivo, neutro e universal – da experiência. Lembro que o perfil que apresentei no início do texto assume tal caráter ao afirmar que a “vocação que se

espera do estudante de filosofia é o interesse por assuntos abstratos” (UNESP, 2007, n. p.).

Tal modelo de ensino de filosofia promove uma perspectiva única de mundo que recusa as diferenças através do eurocentrismo e do patriarcalismo, por meio de currículos exclusivamente formados por homens europeus, o que demonstra um silenciamento da pluralidade do próprio filosofar. Não só seu ensino não tem espaço nas políticas oficiais, como também em suas práticas não há um incentivo para o pensamento próprio. Filosofar de algum modo se liga a pensar os problemas que o contexto que vivenciamos impõe. Tal cenário se configura como um dificultador do pensamento dos problemas atuais, haja vista que não são apenas elementos da vida são silenciados, mas qualquer iniciativa de construção própria, tão necessária para os desafios atuais, é inferiorizada.

Além de tais fatores que acompanham a filosofia no Brasil desde sempre, no atual contexto, muitos problemas urgentes se colocam e exigem que intelectuais repensem seu papel na sociedade. A democracia no país está ficando cada vez mais distante, além dos problemas globais que colocam desafios para a permanência da humanidade num futuro próximo. As questões que mais assolam a humanidade são as de vida ou morte, os dilemas que se colocam diante dos sujeitos para que sua sobrevivência e de seus descendentes se tornem possíveis no futuro. Diante de um mundo que tem sido caracterizado por crises tanto das relações humanas quanto materiais, já que vivemos à espreita de uma grave crise ecológica que coloca em xeque o modo de vida hegemônico, precisamos pensar que contribuições o ensino de filosofia pode oferecer neste contexto. Por outro lado, cabe pensar também para que mundo colabora esse

modelo de filosofia que descrevi neste capítulo. O contexto que vivenciei, e que recusa o debate em igualdade entre docentes e discentes, exige que se pergunte: qual filosofia faz sentido no mundo contemporâneo e deve fazer parte de nossas preocupações enquanto docentes filósofos/as/es?

Não podemos esquecer que o silenciamento do ensino de filosofia também é uma política governamental. Nesse sentido, é importante citar a reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/ 2017), aprovada em fevereiro de 2017, e a consequente reformulação da Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio (BNCC), aprovada em dezembro de 2018. Entre as grandes mudanças que a BNCC traz para a educação pública brasileira, cabe destacar que retira o espaço destinado ao saber filosófico, diluindo-o em componentes curriculares que envolvem “ensino religioso” e “projeto de vida”. Também vem diminuindo o espaço da pesquisa filosófica no financiamento público, com discursos de representantes governamentais afirmando que “quem quiser estudar filosofia deve fazer com dinheiro próprio” porque a verba pública deve ser destinada para áreas “úteis”. Diante de tais entraves, o contexto atual do ensino de filosofia nos exige agir para a garantia de nossos espaços, mas também para construir uma filosofia que expresse a sua relevância, é necessário mais do que nunca que repensemos qual o nosso papel enquanto docentes, pesquisadores/as, filósofos/as/es, e também enquanto sujeitos/as/es nesse mundo que tende às ruínas. Desde nossa existência nesse planeta, este é o pior cenário possível. As instituições de ensino são espaços que podem potencializar a busca por soluções aos problemas contemporâneos.

Entender a filosofia como comentarismo neutro e distante da vida é um desperdício de nosso potencial filosófico de pensamento.

As diferenças de concepções filosóficas expostas aqui são decorrentes de uma concepção de filosofia atrelada a uma universalidade e objetividade equivocada. Concordamos com Donna Haraway (1995, p. 31) que a “objetividade não pode ter a ver com a visão fixa quando o tema de que trata é a história do mundo”, pois o próprio mundo é dinâmico. A partir das perspectivas feministas, ela propõe entender a objetividade como **racionalidade posicionada**. É justamente nas perspectivas parciais que está a possibilidade de uma avaliação objetiva e irracional, pois o eu cognoscente é sempre parcial em todas as suas formas, nunca acabado, de maneira que o tomar por imparcial é uma irracionalidade, uma distorção dos fatos. Portanto, um conhecimento de fato racional “não tem a pretensão do descompromisso: de pertencer a todos os lugares e, portanto, a nenhum, de estar livre da interpretação, da representação, de ser inteiramente auto-contido ou inteiramente formalizável” (HARAWAY, 1995, p. 32). O eu cognoscente, supostamente imparcial, não se responsabiliza pelos conhecimentos que produz.

A perspectiva das filosofias das frestas me ensinou que conhecimento tem a ver com posição, “políticas e epistemologias da objetividade corporificada e, portanto, responsável” (HARAWAY, 1995, p. 29). Nesse sentido, a parcialidade, exposta e evidenciada, sempre desde algum lugar, e não a universalidade, é “a condição de ser ouvido nas propostas a fazer de conhecimento racional” (HARAWAY, 1995, p. 30). Assim, o conhecimento pode ser entendido como uma “junção de visões parciais e de vozes vacilantes

numa posição coletiva de sujeito que promete uma visão de meios de corporificação finita continuada, de viver dentro de limites e contradições, isto é, visões desde algum lugar' (HARAWAY, 1995, p. 33-34). Nesse viés, o conflito faz parte, e não deve ser visto como a manifestação de algum tipo de “disfunção” que deve ser corrigida para forçar supostas “relações harmoniosas”. Filosofias “do consenso” sempre beneficiam um lado, ainda que não assumam.

Contudo, considerando a posicionalidade de todos os saberes, defendo que qualquer conhecimento, e especialmente a filosofia, que se recusa ao debate se recusa ao próprio conhecimento racional. O Prof. Trajano nos deu um exemplo de uma filosofia em ação, uma **racionalidade posicionada**, e não um pensamento que produz explicações sobre filosofia, proposta esta que esteve viva em todos os acontecimentos nas frestas que expus nesse capítulo. Tudo que enunciei neste capítulo foi importante para a filósofa e educadora que me tornei, os problemas guiam minhas aulas e estudos, valorizo a autonomia discente solicitando a sua participação em todos os espaços da instituição que trabalho e estímulo o filosofar mais do que a repetição. Que as frestas possam continuar sendo fonte de aprendizado do filosofar para muitos/as/es estudantes em busca de uma **filosofia propriamente dita**, que fuja das **pragas** do pensamento subalterno no Brasil.

Referências

ADICHIE, Chimamanda. O perigo da história única. Discurso proferido por Chimamanda Adichie no evento TED Global em 2009. **TED – Ideas Worth Spreading**, jul. 2009. Disponível em:

http://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story?language=pt#t-1026978. Acesso em: 20 de set. de 2018.

ARANTES, Paulo. **Um departamento francês de Ultramar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

ARRUDA, Antonio Trajano Menezes. **Filosofia geral e problemas metafísicos**. São Paulo: NeAD/Refedor-UNESP, 2011.

ARRUDA, Antonio Trajano Menezes. Entrevista com o Prof. Dr. Antonio Trajano Menezes Arruda. **Revista Kínesis**, v. V, n. 09, Edição Especial, p. 01-20, jul. 2013. Entrevista a João Antonio de Moraes e Marcio Tadeu Girotti.

DOMINGUES, Ivan. A filosofia no 3º milênio: o problema do niilismo absoluto e do sujeito-demiurgo. **Interações**, v. V, n. 9, p. 27-48, jan./jun. 2000.

GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Soc. estado** [online], v. 31, n. 1, p. 25-49, 2016. ISSN 0102-6992. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922016000100003>. Acesso em: 18 out. 2021.

HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos pagu**, UNICAMP, v. 5, p. 07-41, 1995.

MARGUTTI, Paulo. **História da filosofia do Brasil**. 1ª Parte: O período colonial. São Paulo: Loyola, 2013.

UNESP. **ATA Nº. 326/2012.** Reunião ordinária do Conselho Departamental do Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP- Campus de Marília, realizada no dia 31 de outubro de 2012.

UNESP. **Perfil Profissional Almejado.** Atualizada em 07/03/2007 às 15:47 - Responsável: André Luis Scantimburgo. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/#!/graduacao/cursos/filosofia/perfil-profissional/>. Acesso em: 12 nov. 2020.

UNESP. **Projeto Pedagógico.** Atualizada em 12/02/2010 às 09:52 - Responsável: Alzira Xavier Martins. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Graduacao/Filosofia/projeto.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2020.